

De Berlim à Amazônia

Em 30 anos, a COP se tornou a maior conferência anual das Nações Unidas

MARCOS PIVETTA

Vista aérea do Parque da Cidade, lugar de Belém que será a sede da COP30

O Brasil tem uma relação histórica indireta com a criação da Conferência das Partes (COP), embora Belém seja a primeira cidade nacional a sediar uma edição do encontro anual da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Em 1992, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de um enorme evento internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, às vezes chamado de Cúpula da Terra, Rio92 ou Eco92. Realizada 20 anos após a conferência de Estocolmo, na Suécia, que fora o primeiro evento de peso organizado pelas Nações Unidas para discutir as relações do homem com a natureza, a Rio92 contou com a presença de 103 chefes de Estado ou de governo. Ao final do encontro, alguns documentos e compromissos foram firmados.

Entre as decisões acordadas, figurava a criação de três convenções – tratados internacionais multilaterais sob os auspícios das Nações Unidas, todos em vigor até hoje: uma sobre a diversidade

biológica (CDB), outra sobre o combate à desertificação (UNCCD) e uma terceira sobre mudanças do clima, a UNFCCC. Em 1995, ocorreu a primeira conferência anual da convenção do clima, a COP1, em Berlim, na Alemanha. Cerca de 4 mil pessoas participaram da reunião. Um quarto do público era formado por representantes dos países, outro por observadores de entidades da sociedade civil e metade era de jornalistas designados para cobrir o encontro.

Desde então, a COP, que realiza sua trigésima edição em novembro em Belém, tornou-se o principal fórum de debates e sobretudo de negociação entre as 198 partes (197 países mais o bloco União Europeia) que assinaram a convenção do clima. Seu maior legado foi o estabelecimento de dois tratados internacionais que buscam reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que causam o aquecimento global.

O primeiro foi o protocolo de Kyoto, criado em 1997, durante a COP3, na cidade homônima japonesa. Esse acordo estabelecia metas de redução das emissões apenas para os países desenvolvidos,

que são grandes produtores de gases de efeito estufa, sobretudo devido à queima de combustíveis fósseis. O segundo tratado é o Acordo de Paris, fechado em 2015 na COP21, segundo o qual todos os signatários da convenção do clima devem apresentar a cada cinco anos metas voluntárias de redução para suas emissões, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). Na prática, por ser mais amplo, o Acordo de Paris acabou substituindo o protocolo.

“A criação da COP foi importante para reduzir o ritmo de crescimento das emissões, embora muito ainda precise ser feito nesse setor”, diz o engenheiro-agrônomo Jean Ometto, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Nos anos 1990, as emissões aumentavam em 2% ao ano e agora estamos em cerca da metade disso.” Para controlar o aquecimento global, as emissões precisam diminuir de forma consistente, não apenas reduzir seu ritmo de crescimento.

Em três décadas de existência, a COP cresceu tanto que hoje é a maior conferência anual organizada pelas Nações Unidas, um organismo internacional que promove eventos sobre os mais diversos temas, como economia, ciência, saúde, imigração, direitos humanos e geopolítica. Em 2023, na COP28 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, 80 mil pessoas participaram da conferência, um recorde para o evento. A imprensa internacional noticiou que não faltaram lobistas da indústria do petróleo. Na COP seguinte, em Baku, estiveram 54 mil pessoas.

Para alguns pesquisadores, a COP cresceu demais e, por vezes, tornou-se muito chamativa. “Não deve haver grande alarde e coisas do tipo [na COP]. Isso é prejudicial ao processo da ONU”, disse Benito Müller, especialista em política do clima da Universidade de Oxford, no Reino Unido, ao site da revista *Undark* logo após a última COP. “Vamos ter fadiga climática.” Em Belém é previsto que cerca de 40 mil pessoas passem diariamente pelo Parque da Cidade, onde a COP30 ficará sediada.

“A mensagem da COP tem de ser levada a sério”, diz o climatologista Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). “Precisamos passar das metas de redução das emissões para as ações. O mundo tem dinheiro suficiente para financiar a transição energética e a adaptação às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento.”

O peso da COP aumentou à medida que, ao longo dos anos, inúmeros estudos científicos foram empilhando evidências robustas de que o aquecimento global, o motor das mudanças climá-

ticas, resulta majoritariamente de ações humanas, em especial da queima de combustíveis fósseis. A grandiosidade da conferência e o processo moroso de tomar decisões em um fórum multilateral que avança por consensos têm provocado críticas às COP mais recentes.

“A agenda climática é muito importante e deve caminhar lado a lado com a da biodiversidade”, diz a ecóloga paraense Ima Vieira, assessora da presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). “Mas atualmente ela tomou quase todo o espaço da agenda ambiental e essa questão precisa ser mais equilibrada.” O tema das mudanças climáticas nasceu dentro da pesquisa e do movimento ambiental, que, na época da Rio92, dedicava mais espaço a discussões sobre a necessidade de preservar a biodiversidade e garantir os territórios dos povos originários do que propriamente ao aquecimento global.

Diante da ameaça existencial que a elevação acentuada da temperatura do planeta passou a representar nas últimas décadas para a humanidade, reforçada a cada novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) instituído pelas Nações Unidas em 1988, os pleitos relativos à conservação da fauna e da flora nativas perderam terreno. ●

Manifestação em Copacabana durante a Rio92; mais abaixo, a COP21, na qual o Acordo de Paris foi assinado

